

**Contrata Consultor
na modalidade Produto**

PROJETO 914BRZ1115 EDITAL Nº 07/2022

1. Perfil: Nível superior na área Jurídica

2. Nº de vagas: 03 (três)

3. Qualificação educacional: Diploma de graduação em Direito fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

4. Experiência profissional: Obrigatória mínima de 04 (quatro) anos em atividades jurídico-administrativas, no âmbito público ou privado, relacionadas à elaboração de pareceres, minutas de normativos, bem como acompanhamento de processos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado; Desejável experiência mínima de 2 (dois) anos no acompanhamento e implementação de políticas públicas na área educacional, no âmbito da esfera federal;; Desejável que possua a experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em usabilidades dos sistemas: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) e/ou Sistema Eletrônico de Informações (SEI);

5. Atividades:

Consultor 1, 2 e 3: Atividade 1: Levantar dados referentes aos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região Sul, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, e em observância das orientações de órgãos de Controle e normativos vigentes; **Atividade 2:** Levantar dados referentes ao tempo de execução dos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região Sul, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância; **Atividade 3:** Desenvolver proposta de resolução para o término das obras pactuadas e em execução a mais de 5 (cinco) anos, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, com os Estados da região Sul, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância; **Atividade 4:** Levantar dados referentes aos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região Sudeste, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, e em observância das orientações de Órgãos de Controle e normativos vigentes; **Atividade 5:** Levantar dados referentes ao tempo de execução dos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região Sudeste, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância; **Atividade 6:** Desenvolver proposta de resolução para o término das obras pactuadas e em execução a mais de 5 (cinco) anos, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, com os Estados da região Sudeste, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância; **Atividade 7:** Levantar dados referentes aos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região Centro Oeste, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, e em observância das orientações de Órgãos de Controle e normativos vigentes; **Atividade 8:** Levantar dados referentes ao tempo de execução dos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região Centro Oeste, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância; **Atividade 9:** Desenvolver proposta de resolução para o término das obras pactuadas e em execução a mais de 5 (cinco) anos, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, com os Estados da região Centro Oeste, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância; **Atividade 10:** Levantar dados referentes aos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região nordeste, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, e em observância das orientações de Órgãos de Controle e normativos vigentes; **Atividade 11:** Levantar dados referentes ao tempo de execução dos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região nordeste, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância; **Atividade 12:** Desenvolver proposta de resolução para o término das obras pactuadas e em execução a mais de 5 (cinco) anos, conforme dados do Sistema

Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, com os Estados da região nordeste, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância; **Atividade 13:** Levantar dados referentes aos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região norte, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, e em observância das orientações de Órgãos de Controle e normativos vigentes; **Atividade 14:** Levantar dados referentes ao tempo de execução dos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região norte, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância; **Atividade 15:** Desenvolver proposta de resolução para o término das obras pactuadas e em execução a mais de 5 (cinco) anos, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, com os Estados da região norte, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância; **Atividades 16:** Levantar dados orçamentários e financeiro, no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC; **Atividades 17:** Realizar avaliação comparativa dados levantados na atividade 16, em relação a exercícios anteriores; **Atividades 18:** Realizar estudo das legislações concernentes a orçamento e pagamento, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR.

6. Produtos/Resultados esperados:

Consultor 1 - Documento Técnico “A” – contendo estudo analítico acerca dos instrumentos e obras pactuadas há mais de 5 (cinco) anos, com os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, incluindo proposta e pontos de atenção a serem repassados e observados pelos entes federados, com vistas à execução regular das obras; **Documento Técnico “B”** – contendo estudo analítico acerca dos instrumentos e obras pactuadas há mais de 5 (cinco) anos, com os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, incluindo proposta e pontos de atenção a serem repassados e observados pelos entes federados, com vistas à execução regular das obras; **Documento Técnico “C”** – contendo estudo analítico acerca dos instrumentos e obras pactuadas há mais de 5 (cinco) anos, com os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, incluindo proposta e pontos de atenção a serem repassados e observados pelos entes federados, com vistas à execução regular das obras; **Documento Técnico “D”** – contendo estudo analítico acerca dos instrumentos e obras pactuadas há mais de 5 (cinco) anos, com os Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá e Pará, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, incluindo proposta e pontos de atenção a serem repassados e observados pelos entes federados, com vistas à execução regular das obras; **Documento Técnico “E”** – contendo estudo analítico acerca dos instrumentos e obras pactuadas há mais de 5 (cinco) anos, com os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, incluindo proposta e pontos de atenção a serem repassados e observados pelos entes federados, com vistas à execução regular das obras; **Documento Técnico “F”** – contendo estudo analítico acerca dos instrumentos e obras pactuadas há mais de 5 (cinco) anos, com os Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, Maranhão e Piauí, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, incluindo proposta e pontos de atenção a serem repassados e observados pelos entes federados, com vistas à execução regular das obras.

Consultor 2 - Documento Técnico “A” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados do Pará (PA), Rondônia (RO), Acre (AC) e Roraima (RR), no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações; **Documento Técnico “B”** – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados do Amazonas (AM), Tocantins (TO), e Amapá (AP), no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, , identificando possíveis variações ocorridas nas legislações; **Documento Técnico “C”** – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados do Maranhão (MA) e Piauí

(PI), no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações; **Documento Técnico “D”** – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados do Ceará (CE) e Rio Grande do Norte (RN), no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações; **Documento Técnico “E”** – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados de Pernambuco (PE) e Paraíba (PB), no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações; **Documento Técnico “F”** – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados de Sergipe (SE) e Alagoas (AL), no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações.

Consulta 3 – Documento Técnico “A” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados de Bahia (BA) e Mato Grosso (MT), no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações; **Documento Técnico “B”** – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados de Mato Grosso do Sul (MS) e Goiás, no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações; **Documento Técnico “C”** – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados de Distrito Federal (DF) e São Paulo (SP), no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações; **Documento Técnico “D”** – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados do Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES), no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações; **Documento Técnico “E”** – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados de Minas Gerais (MG) e Paraná (PR), no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações; **Documento Técnico “F”** – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações.

7. Local de Trabalho: Brasília/DF

8. Duração do contrato: 11 Meses

9. A contratação será efetuada mediante processo seletivo simplificado composto de 3 (três) etapas. Não serão consideradas candidaturas submetidas fora do prazo previsto, que não estejam com o currículo padrão, incompletas ou mal identificadas. A seleção será conduzida por comissão específica. A comissão será formada por no mínimo 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

9.1 A primeira etapa analisará se os candidatos atendem aos requisitos “Qualificação Educacional” e “Experiência Profissional” indicados nos itens 3 e 4, acima, e terá caráter eliminatório. A segunda etapa analisará o grau de atendimento dos candidatos aprovados na primeira fase em relação ao item 9.2, abaixo, e terá caráter classificatório, observando os critérios de pontuação definidos pela comissão de seleção. A terceira etapa consistirá de Entrevista e será realizada com base no item 9.3 deste termo. A avaliação dos currículos, as entrevistas e a análise da documentação comprobatória dos candidatos deverá ser realizada

pela Comissão de Seleção. Será realizada classificação e seleção dos candidatos que serão habilitados para a etapa de entrevistas. Os candidatos que obtiverem a maior nota, na soma dos pontos obtidos na análise dos itens 3, 4 e na entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, limitado ao número de vagas. O candidato pré-selecionado será convocado a apresentar ao FNDE comprovação de sua habilitação profissional, referente ao atendimento da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, documentos pessoais e declarações exigidas pela legislação. Caso o candidato não apresente estes documentos satisfatoriamente ou no prazo indicado pelo FNDE, ou apresente restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, ele (a) será desclassificado (a) e o (a) candidato (a) subsequente será então convocado (a).

9.2 Requisitos Desejáveis: É desejável experiência mínima de 2 (dois) anos no acompanhamento e implementação de políticas públicas na área educacional, no âmbito da esfera federal; É desejável que possua a experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em usabilidades dos sistemas: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) e/ou Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A verificação da habilidade se dará na etapa de entrevista.

9.3 Entrevista: Participarão da fase das entrevistas (fase final do processo de seleção e classificação) no mínimo 09 (nove) candidatos que atingirem a maior pontuação, analisada nos itens 3 e 4 deste termo.

As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone.

A entrevista valerá 40 (quarenta) pontos, os quais serão somados aos pontos obtidos pelo candidato na fase de pontuação do currículo. Esta entrevista avaliará o domínio pelo candidato nas atividades previstas no edital, assim como sua desenvoltura na articulação de temas e ideias relativos ao objeto da consultoria, conhecimento técnico exigido no edital e demonstrar interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC nas políticas de melhoria da educação nacional, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, capacidade de análise e síntese, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal e capacidade para trabalho em equipe. Pontuação até 40 (quarenta) pontos. Serão exigidos documentos comprobatórios das informações contidas no currículo.

9.4 Convocação: A comissão convocará o (s) candidato (s) aprovado (s) por meio de e-mail, que deverá manifestar interesse à vaga no prazo de até 2 (dois) dias úteis. A apresentação da documentação pessoal (cópia autenticada ou original do CPF, RG, comprovante de residência, nº de inscrição no INSS, dados bancários) terá um prazo de até 3 dias úteis da confirmação de interesse à vaga.

Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deve ser formalizado por e-mail ou Termo de Desistência. Nos casos em que não houver manifestação, no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente será convocado.

10. Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. Não serão aceitos currículos fora deste padrão.

11. Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas. Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

12. Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias úteis do fato questionado. A comissão responderá aos questionamentos do Processo Seletivo, que poderão, em segundo momento, ser levados ao Coordenador Executivo do Projeto, para subsidiar deliberação do Diretor Nacional do Projeto.

Os interessados deverão enviar o CV do dia 27/06/2022 até o dia 01/07/2022 para o e-mail prododigap@fnde.gov.br, com o número do edital e o nome do perfil informados no campo assunto. Serão desconsiderados os CVs remetidos após a data limite indicada neste edital 07/2022.